



25 DE MAIO DE 2017

Quinta-feira

- SETOR PRODUTIVO SE MOBILIZA POR RETOMADA DAS REFORMAS
- MERCEDES VÊ INÍCIO DE RETOMADA DO MERCADO
- TRÊS TENDÊNCIAS NECESSÁRIAS NA ATITUDE EMPREENDEDORA DOS BRASILEIROS
- GOVERNO FEDERAL JÁ ADMITE ATRASOS NO PPI
- CULTURA DE INOVAÇÃO É INCIPIENTE NO PAÍS
- ZPE É TEMA DE REUNIÃO NA EMBAIXADA DA CHINA NO BRASIL
- INDÚSTRIA BUSCA RETOMAR COMPETITIVIDADE
- INDÚSTRIA MINEIRA APRESENTA RETROCESSO
- AMBIENTE CONTURBADO PODE AFETAR CONFIANÇA DE EMPRESÁRIOS
- RECEITA ALTERA INSTRUÇÃO SOBRE DECLARAÇÃO ANUAL DE MULTINACIONAIS
- NA AVALIAÇÃO DA BASE ALIADA, SEGUNDO TRIMESTRE 'ESTÁ PERDIDO'
- AUMENTA TENSÃO EM DISCUSSÃO ENTRE DEPUTADOS E A EQUIPE ECONÔMICA SOBRE O REFIS
- MEIRELLES: NOVA MP SOBRE REFIS É CONSIDERADA MELHOR OPÇÃO
- 'É MELHOR TER ACORDO RUIM DO QUE NENHUM ACORDO', DIZ RELATOR DE MP DO REFIS
- TEXTO DA MP DO REFIS ENFIM FOI FECHADO, DIZ RODRIGO MAIA
- TEXTO DA NOVA MP DO REFIS TERÁ REDUÇÃO DE JUROS E MULTAS PARA EMPRESÁRIOS
- REFORMA TRABALHISTA: GOVERNO ACHA ATALHO PARA APROVAR PROPOSTA A TOQUE DE CAIXA
- PROJETO DA REFORMA TRABALHISTA AINDA PODE MUDAR! CONHEÇA 6 POSSÍVEIS ALTERAÇÕES
- REUNIÃO DE NOGUEIRA COM FERRAÇO E JUCÁ SOBRE REFORMA TRABALHISTA É CANCELADA
- 'REFORMA É UMA QUESTÃO DE ESTADO, E NÃO DE GOVERNO', DIZ MARCELO CAETANO

- PARA AGÊNCIA FITCH, CRISE POLÍTICA CAUSA INCERTEZA A AJUDA FISCAL A ESTADOS
- OPOSIÇÃO ABANDONA PLENÁRIO, E GOVERNISTAS CONSEGUEM APROVAR 6 MPs
- CÂMARA APROVA MP QUE PRORROGA VIGÊNCIA E ALTERA REGRAS DE ADESÃO DO PPE
- LIDERANÇAS DA BASE PREVEEM VOTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA APENAS NO 2º SEMESTRE
- PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS NA DPMFI SOBE PARA 13,63% EM ABRIL, DIZ TESOUREIRO
- INDA REVÊ PROJEÇÃO DE VENDAS E PROJETA QUEDA DE 2% EM 2017; CRISE AFETA CLIENTES
- CONFIANÇA DO COMÉRCIO CAI 0,5 PONTO EM MAIO ANTE ABRIL, PARA 88,6 PONTOS DIZ FGV
- COMPRA E VENDA DE AÇO POR REDE DE DISTRIBUIÇÃO CAEM EM ABRIL, DIZ INDA
- CSN RETOMA EXPORTAÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO POR ITAGUAÍ
- PEDRUCCI SERÁ NOVO PRESIDENTE DA RENAULT DO BRASIL
- TOYOTA TERÁ SISTEMA DA HERE NA AMÉRICA DO NORTE
- CAOA PRORROGA REDUÇÃO DE JORNADA EM ANÁPOLIS
- YAMAHA FACTOR 150 ED TEM AGORA FREIOS UBS
- MERITOR ATINGE 100 MIL EIXOS PRODUZIDOS EM RESENDE

CÂMBIO		
EM 25/05/2017		
	Compra	Venda
Dólar	3,290	3,291
Euro	3,690	3,692

Fonte: BACEN

Setor produtivo se mobiliza por retomada das reformas

25/05/2017 – Fonte: Diário do Comércio

Enquanto de um lado a crise política novamente ameaça o início de uma recuperação do Brasil, do outro, especialistas e representantes do setor produtivo nacional se mobilizam pela retomada no Congresso das discussões e votação de pautas consideradas fundamentais para o crescimento econômico.

No segundo dia do Ciclo de Debates promovido pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) em comemoração à Semana da Indústria, a aprovação da reforma da Previdência foi colocada pelos debatedores presentes como peça-chave para a sustentabilidade da economia brasileira.

O principal temor dos que são a favor de mudanças não só no sistema previdenciário do País, como também no trabalhista e tributário, é de que as recentes denúncias sobre a existência de um esquema de corrupção envolvendo o presidente da República Michel Temer e o grupo JBS atrapalhe a agenda político-econômica que vinha sendo encaminhada no Legislativo. Até segunda-feira (22), o Congresso praticamente havia paralisado as atividades desde a deflagração do mais novo escândalo nacional, ocorrida no dia 17 de maio.

Um dos especialistas que compuseram a mesa de debates na Fiemg, o cientista político e pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), Paulo Sérgio Tafner, comentou a gravidade do tema para o Brasil. Ele afirmou que caso a reforma da Previdência não seja aprovada durante o governo atual, “estaremos não mais ‘dançando à beira do precipício’”, mas talvez começando a cair dele.

Entre as grandes preocupações de Tafner está a relação de contribuição de trabalhadores ativos versus inativos. Segundo o pesquisador, nos anos 2000, para cada inativo, existiam oito ativos contribuindo. Em 2060, porém, serão apenas dois ativos no máximo para financiar cada inativo. O especialista avalia que a proposta de reforma atualmente no Congresso ajuda o governo a abrir um fiscal positivo pelo menos até que as reformas sejam complementadas em 2019.

“O Brasil tem de se tornar mais competitivo. Se a gente não tomar as medidas corretas, gosto de dizer que a gente vai acabar exportando sol e subsolo. Esse vai ser nosso papel no mundo, que é muito pouco”, reforçou.

O pesquisador e coordenador de Previdência e Seguridade Social do Ipea, Rogério Nagamine Costanzi, que também participou do painel “Solvência do Estado Brasileiro e as Reformas Tributária e da Previdência” ontem na Fiemg, chamou atenção para o crescimento expressivo das despesas públicas nacionais com o sistema previdenciário.

Segundo Costanzi, em 2016, o gasto previdenciário do Brasil alcançou o patamar de 13,1% do PIB. Até 2060, a projeção do especialista é de que esse percentual chegue a 23% se não houver reforma.

Envelhecimento - Nagamine pondera que o envelhecimento do Brasil hoje se dá de maneira acelerada, o que obriga a urgência da aprovação da matéria. O coordenador do Ipea cita que um estudo realizado pela entidade mostra que, se o sistema permanecer o mesmo, em 2040, para financiar integralmente o pagamento de benefícios, terá de ser aplicada ao trabalhador da ativa uma alíquota de 50% sobre a folha de pagamento. Em 2060, o percentual atingirá quase 80%, o que seria insustentável.

“A reforma corrige várias distorções do nosso sistema previdenciário. Primeiro, é claramente um sistema que não é sustentável a médio e longo prazo até em função do rápido envelhecimento populacional. Mas, além disso, ele ainda tem alguns

componentes que a gente chama de regressivos, ou seja, que pioram a distribuição de renda, que é o fato, por exemplo, do serviço público. Você tem uma aposentadoria média no Judiciário, no Legislativo do governo federal de R\$ 28 mil, enquanto as pessoas do INSS ganham um pouco mais de R\$ 1 mil. A reforma igualaria o mesmo teto para os novos servidores públicos e para o INSS", argumentou.

Mercedes vê início de retomada do mercado

25/05/2017 - Fonte: DCI

Em entrevista ao DCI, o diretor da montadora revela que os empresários voltaram às compras, mas no segmento de urbanos, cuja participação da marca é de 70%, o cenário ainda é incerto



A Mercedes-Benz já enxerga uma mudança de comportamento do mercado de ônibus, que amarga quedas sucessivas. Com 70% de participação no segmento de urbanos - que representa metade dos volumes no País - a montadora espera estabilidade para 2017.

"Acredito que a partir de agora vamos viver um novo momento. Apesar de patamares mais baixos, a tendência é que o mercado de ônibus apresente estabilização", disse em entrevista ao DCI o diretor da área na Mercedes, Walter Barbosa.

Segundo ele, o mercado brasileiro vende atualmente 50% para o segmento urbano; 25% para escolar e 25% a micro-ônibus. "Hoje, rodoviário e fretamento têm níveis de vendas ínfimos."

No ano passado, o mercado de ônibus apresentou queda de 34% dos volumes em relação a 2015, que já havia registrado retração de 40%. "Voltamos aos níveis da década de 1990", conta.

No entanto, Barbosa conta que no primeiro quadrimestre deste ano o cenário mudou. "O comportamento do mercado mudou completamente."

O executivo relata que as vendas de ônibus escolares - feitas com recursos do governo federal aos municípios - cresceram 125% em relação a igual período do ano passado. "Esta expansão nos surpreendeu", destaca Barbosa.

No entanto, o segmento mais representativo, o de urbanos, reportou queda de 44% no acumulado até abril. "O segmento está represado."

Em dezembro, o governo federal anunciou o programa Refrota, que visa renovar até 10% da frota de ônibus urbanos e metropolitanos do País. A linha disponível soma R\$ 3 bilhões. "Naturalmente, os empresários estão esperando a liberação destes recursos."

Ele ressalta, entretanto, que independente do cenário, existem obrigações contratuais de renovação da frota de urbanos. "Claro que o segmento sofre com a crise, mas de forma mais branda", diz.

Neste sentido, Barbosa está otimista com as perspectivas para a venda de ônibus urbanos. Ele revela ao DCI, em primeira mão, que a Mercedes acaba de fechar uma importante venda de 187 unidades para a prefeitura de Recife (PE). "Os municípios estão tentando equilibrar os contratos", complementa.

Rodoviários

O segmento mais rentável da indústria de ônibus, o de rodoviários, continua represado, conta o diretor da Mercedes. "Há três anos que as vendas estão paralisadas porque o mercado passou por uma revisão", comenta Barbosa.

O executivo afirma que, entre os fatores que impactaram este mercado, está a mudança do regime de licitação para autorização. "Mas a boa notícia é que agora este negócio está mais estável. Acabamos de fechar uma venda expressiva de 450 ônibus rodoviários."

Barbosa observa que o segmento de fretamento ainda sofre com a crise das indústrias. "Este mercado depende da performance das empresas que transportam seus funcionários. Para se ter uma ideia da importância do segmento, há cinco anos esse mercado era de 2,5 mil unidades por ano."

No entanto, de janeiro a abril, as vendas totais do segmento somaram apenas 151 unidades. "A retomada dependerá do desempenho da indústria", avalia.

O recorde do mercado brasileiro de ônibus aconteceu em 2011, quando as vendas totais atingiram 32,9 mil unidades. No ano passado, as montadoras comercializaram apenas 10,3 mil unidades. "Estamos vivendo um novo ciclo na indústria. Pelo menos nos próximos dois anos, o mercado deve girar entre 10 mil e 12 mil veículos", estima o executivo.

Contudo, ele revela que as montadoras já se ajustaram e os estoques estão equacionados. "Neste cenário, a marca que fizer a melhor oferta sai na frente e nossa linha é a mais completa", garante.

Barbosa estima que hoje a empresa tem cerca de 50% de participação no mercado brasileiro de ônibus. "Se as vendas de urbanos caírem, naturalmente vamos ter menos share, mas trabalharemos para mantê-lo", informa.

Três tendências necessárias na atitude empreendedora dos brasileiros

25/05/2017 – Fonte: Diário do Comércio

Nos últimos 4 anos nosso cotidiano foi embalado por seis grandes acontecimentos: Copa do Mundo, crise econômica, operação Lava Jato, eleição de 2014, processo de impeachment e Olimpíada. O volume de informação gerado por estes acontecimentos ocupou boa parte da nossa atenção, as suas consequências limitaram a nossa capacidade de olhar para a frente e ir além.

A sequência destes acontecimentos acabou nos deixando num compasso de espera e expectativa. Quantas e quantas decisões foram proteladas em função ou aguardando o desenrolar desses acontecimentos? E de repente passaram-se quatro anos, enquanto o mundo seguia em frente.

#1 "Voltar a Perceber"

PRECISAMOS DEIXAR DE PERCEBER SOMENTE O QUE ACONTECE AO NOSSO REDOR E VOLTARMOS A PERCEBER O QUE OCORRE AO REDOR DO MUNDO.

Passamos pelo primeiro trimestre de 2017 e o contexto parece não ser muito diferente, alguns desses acontecimentos ainda roubam boa parte da nossa atenção no dia a dia,

mas já observamos três tendências na atitude empresarial. A primeira, que chamo de “Voltar a Perceber”, vem mostrando que precisamos deixar de perceber somente o que acontece ao nosso redor e voltarmos a perceber o que ocorre ao redor do mundo.

Nos últimos quatro anos, enquanto ocupamos boa parte da nossa mente acompanhando as notícias locais, empresas como a Airbus desenvolviam projetos de carros voadores, Elon Musk colocava em prática seus planos de conquista espacial, o Japão apresentava a Erica, uma humanoide dotada de recursos sofisticados de Inteligência Artificial, o Facebook superou a marca de 1.8 bilhão de usuários no mundo e engenheiros da Coreia do Sul trouxeram para a realidade robôs que antes faziam parte da ficção do filme Avatar.

Estes são apenas alguns exemplos. Aqui no Brasil, muitos de nós, executivos, empresários e empreendedores perdemos a visão do mundo e ficamos presos na gestão de problemas. Para sairmos deste ciclo vicioso, o ponto central é mudar a nossa postura em relação à informação. Precisamos racionalizar o uso dos meios de comunicação e racionar o tempo que dedicamos ao noticiário do cotidiano.

UMA DICA É ESCOLHER POUCAS E BOAS FONTES DE INFORMAÇÃO, RESTRINGIR O NOTICIÁRIO DURANTE A MANHÃ E PARTE DA TARDE E DEDICAR O PERÍODO NOTURNO PARA ABSORVER NOVOS CONHECIMENTOS, SEJA POR MEIO DE CURSOS E LIVROS OU SITES, BLOGS E CANAIS DIGITAIS DO BRASIL E DO EXTERIOR.

Busque as boas referências em visionários e inovadores dos mais diversos segmentos pelo mundo. Lembre-se que a inovação não surge apenas de um conhecimento específico e sim da capacidade de conectar diversos conhecimentos para a solução de problemas. E como forma de reduzir a ansiedade, pense nos seus problemas durante o dia e dedique as noites para imaginar as soluções ou simplesmente se divertir e relaxar.

#2: “Olhar o amanhã, mas planejar o hoje”

PLANO DE AÇÃO BASEADO EM VISÃO DE LONGO PRAZO, MAS COM ESTRATÉGIAS DE CURTO PRAZO EXECUTADAS EM PEQUENOS CICLOS

Voltar a perceber o que ocorre ao redor do mundo nos abre infinitas oportunidades que só poderão ser aproveitadas com a segunda tendência que é o “Olhar o amanhã, mas planejar o hoje”. Com os aprendizados dos últimos anos e vivendo um contexto de incertezas, surge um novo método de planejar que prioriza as pequenas estratégias em vez dos grandes planos.

As tomadas de decisão precisam ser mais ágeis, a instabilidade de mercado só será domada com planos de ação baseados em visões de longo prazo, mas com estratégias de curto prazo que são realizadas em pequenos ciclos que envolvem etapas de preparação, ação, mensuração, avaliação e correção.

Nesta modalidade, temos diversos exemplos que surgem dos mais variados segmentos como: algumas marcas de eletroeletrônicos estão trocando as grandes campanhas nas mídias tradicionais por ações frequentes no ponto de venda que unem promoção e experiência de marca.

Uma forma de atuar no curto prazo com ações de conversão de vendas (promoção), mas sem deixar de lado os objetivos de construção de marca (branding experience) no longo prazo.

Com a redução das verbas, as áreas de marketing de produtos de consumo estão entendendo que é melhor realizar pequenas ações com maior frequência, do que ficar grandes períodos ausentes do mercado, podendo gerar grandes prejuízos para a

imagem das marcas no longo prazo. Sem a possibilidade de ter a verba necessária para campanhas de branding e promoção, criam-se campanhas promocionais que buscam resultados no curto prazo, mas que também comunicam os valores da marca, necessários para o seu crescimento no médio e longo prazo.

No varejo automobilístico, as concessionárias estão dando cada vez mais atenção para as ações de segmentação. Com a redução drástica do fluxo nas lojas, as grandes campanhas para a busca de novos compradores foram substituídas por pequenas ações focadas para grupos específicos de clientes fiéis.

São ações baseadas nas mídias digitais e ações de relacionamento que conseguem entregar um índice melhor de conversão de vendas no curto prazo e fortalecem a base de clientes no longo prazo.

Os exemplos mostram que as empresas com um planejamento estratégico e posicionamento de imagem claro e consistente das suas marcas conseguem enfrentar os períodos de crise realizando um conjunto de pequenas ações que se completam e fortalecem o cumprimento dos objetivos de médio e longo prazos.

Muitas vezes, são estes pequenos planos de ação, que quando executados com frequência e com a sua devida mensuração, geram os insights necessários para criar novas oportunidades e ampliar os negócios.

#3: "Gestão pela fé"

QUANDO AS PLANILHAS NÃO BASTAM PARA A TOMADA DE DECISÃO SURGE A GESTÃO PELA FÉ.

A terceira tendência é o que chamo de "Gestão pela Fé". Em um mercado ainda incerto, mas com negócios com alto potencial de sucesso, chegamos a um momento em que as planilhas não bastam como ferramenta de decisão. As projeções de vendas e custos são alteradas a todo o momento e as previsões para o crescimento de mercado não se realizam no tempo esperado.

Neste cenário, independentemente de religiões, surge o sentimento da fé que é a confiança em possuir um modelo de negócio testado, validado e pronto para ser iniciado.

Por isso, se você sente que não adianta mais ficar aguardando o "momento ideal" para o seu negócio, perceba o que ocorre no seu mercado ao redor do mundo, planeje bem o curto prazo e vai na fé que vai dar certo! Afinal, nada melhor do que criar uma onda de positividade e otimismo para contribuir com a retomada do mercado.

***Texto originalmente publicado no site da [Endeavor Brasil](#).**

Governo federal já admite atrasos no PPI

25/05/2017 – Fonte: Diário do Comércio

O secretário de Articulação para Investimentos e Parcerias do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Marcelo Allain, avalia que, caso a instabilidade política verificada atualmente no País persista pelos próximos meses, o cronograma de leilões e concessões de projetos de infraestrutura deverá sofrer atrasos.

"No pipeline, os próximos leilões ocorrerão em setembro e outubro", destacou Allain, durante participação no "15th Brazil Issuers & Investors Forum", promovido pela LatinFinance. "Tendo mais clareza na situação política, os leilões podem ser bem-sucedidos, mas se tivermos uma confusão maior, provavelmente não. Aí, teremos atraso nos projetos."

Apesar das incertezas, Allain ressaltou que o PPI continua trabalhando nos bastidores para que os cronogramas sejam cumpridos, atuando na estruturação e modelagem dos projetos. “Creio que, até os leilões, teremos uma tranquilidade maior do ponto de vista dos investimentos.”

Aeroportos - O secretário afirmou que o governo trabalha com a perspectiva de realizar novos leilões de aeroportos, mas resalta que ainda não há uma definição sobre quais ativos poderiam ser concedidos ou qual o modelo das próximas licitações.

Em entrevista ao Broadcast (serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado), Allain avaliou que o leilão dos aeroportos de Salvador, Fortaleza, Porto Alegre e Florianópolis, realizado em março, foi bem-sucedido e atraiu players internacionais, viabilizando a modernização da rede aeroportuária do País. Por outro lado, o secretário ressaltou que outros aeroportos precisam de investimentos, e que a Infraero não possui recursos próprios para isso.

“Então, faz todo sentido que novos aeroportos sejam oferecidos para concessão”, disse Allain. “Dado que os últimos leilões foram bem sucedidos, isso abre o horizonte para pensarmos maior, de modo mais ambicioso que no passado.”

Segundo o representante do PPI, apesar do direcionamento apontar para mais concessões de aeroportos, é necessário levar em conta a sustentabilidade da rede da Infraero, uma vez que a retirada de novos ativos da carteira da estatal não pode comprometer a saúde financeira da empresa.

“A Infraero é uma empresa estatal que não depende do Tesouro, e é bom que assim seja, que ela não precise de capitalização e aporte público”, avaliou. Assim, Allain afirma que o governo estuda como serão feitos os eventuais novos leilões, sendo que a adoção de um modelo em lotes é uma possibilidade, uma vez que conforme o porte dos aeroportos diminui, o agrupamento em lotes serviria como ferramenta para aumentar a atratividade.

Certificadora - Segundo Allain, o governo está trabalhando em algumas ideias para reduzir o pacote de garantias dos projetos de infraestrutura, especialmente aqueles em que são iniciados praticamente do zero, os chamados greenfield.

De acordo com Allain, o trabalho envolve a criação de uma espécie de certificadora de projetos, de modo a avaliar os riscos implícitos e dar clareza e previsibilidade do projeto aos financiadores e investidores.

“A proposta é oferecer um rating ao projeto e responder a questões relacionadas à engenharia e riscos ambientais e avaliar se os prazos, os investimentos e cronogramas estão bem dimensionados”, afirmou.

Allain comentou essa “empresa nacional” estaria desvinculada do governo e permitiria apresentar uma radiografia do projeto aos investidores com o projeto já licitado. Uma outra agência em estudo seria criada para fazer o acompanhamento das obras. “A ideia é que haja maior transparência para reduzir o pacote de garantias”, destacou.

Cultura de inovação é incipiente no País

25/05/2017 – Fonte: Diário do Comércio

A urgência da criação de uma cultura de inovação no Brasil foi o argumento que marcou o debate entre representantes da área em Minas Gerais, ocorrido ontem, na Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), durante comemoração dos 10 anos do Sistema Mineiro de Inovação (Simi).

O evento ocorreu durante a Semana Professor Marcos Pinotti de Engenharia Mecânica e Inovação (Semmap), que ainda contou com uma homenagem a Pinotti, um dos grandes defensores da inovação em Minas Gerais.

O debate sobre os desafios e o futuro da inovação em Minas Gerais contou com a participação do presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), Evaldo Vilela; do subsecretário de Ciência, Tecnologia e Inovação de Minas Gerais, Leonardo Dias, e do diretor executivo do Centro de Tecnologia Senai Cetec, José Policarpo. O professor e diretor da Faculdade de Engenharia da UFMG, Alessandro Moreira, foi o mediador do debate e abriu as discussões perguntando aos convidados sobre os principais desafios do segmento no Estado e também no Brasil.

Policarpo foi o primeiro a comentar, destacando que essa é uma pergunta de resposta fácil. Para ele, o maior entrave para o desenvolvimento de uma cultura de inovação no País é o imbróglio jurídico.

“Esse é um País judicializado e infelizmente isso é aplicado à ciência e tecnologia. Conheço histórias e já tive projeto pessoal que só foi aprovado e teve financiamento garantido três ou quatro anos depois da solicitação, aí alguém em outro lugar já tinha desenvolvido aquela ideia. Essa questão jurídica acaba com a celeridade dos projetos de ciência e tecnologia no Brasil”, disse.

O presidente da Fapemig emendou o comentário de Policarpo dizendo que toda essa burocracia ainda traz um problema maior: a insegurança jurídica, que atrapalha os investimentos no País.

Ele também comentou a necessidade de uma mudança de mentalidade, tanto da população em geral quanto dos cientistas, empresários e governantes do País. Para Vilela, essa cultura da “não ciência” é que faz o Brasil ficar tão longe de outros países em relação à produção de inovação.

“Quando os países desenvolvidos enfrentam uma crise, eles entendem que precisam conter os gastos, mas que precisam manter os investimentos em ciência e tecnologia. Aqui, esse segmento é o primeiro a ser cortado porque não entendem o valor dele. É essa falta de cultura de inovação que faz a gente chegar ao ponto de ter um CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - sem dinheiro para pagar as suas próprias contas. Isso é coisa de um país que não tem cultura científica”, avaliou.

Para o presidente, o Brasil ainda é um país muito fechado, o que o atrapalha a ser a potência que tem capacidade para ser. “Praticamente nada do Brasil vai pra fora, a não ser as nossas startups que buscam aqui. O Brasil não exporta nada digital, então que futuro temos? Temos que abrir mercado, importar e exportar”, alertou.

Apesar dos muitos desafios, Vilela também destacou que o País tem um grande potencial para inovar, devido à criatividade e o conhecimento de seus cientistas e empreendedores. Ele também lembrou que o desafio é maior para o Brasil por se tratar de uma nação recente. “Não podemos nos comparar com a Coreia, por exemplo, porque eles já tinham uma universidade em 1.300. Então nosso desafio é esse: estamos em um mundo em que as coisas acontecem com muita velocidade”, frisou.

O subsecretário também seguiu na mesma linha sobre a “cultura de inovação”, destacando que o principal desafio para o setor é difundir a mentalidade empreendedora na juventude. “A gente precisa entender que o mundo mudou, então temos que mudar com ele. Estamos vendo os índices de desemprego crescendo e eles vão crescer mais. É a inovação e o empreendedorismo que vão garantir a sobrevivência das pessoas”, disse.

Futuro - Os debatedores também foram convidados a fazer uma reflexão sobre possíveis apontamentos para que o futuro do Brasil seja mais otimista em relação à cultura da inovação. Para Policarpo, o rumo da história do País só vai melhorar quando sua população e seus governantes deixarem o que ele chama de “complexo de vira-lata”.

“Por que são os nossos professores que têm que ir lá pra fora fazer doutorado se aqui temos escolas de referência? E por que não recebemos cientistas nos nossos mestrados e doutorados? Porque não absorvemos o inglês, que é a língua global. Temos muita coisa de referência aqui, mas precisamos ‘cacarejar’. Se a UFMG ‘cacarejasse’ tudo que faz aqui quem seria a Unicamp”, provocou.

Já Dias lembrou que é preciso dar perenidade aos projetos que são desenvolvidos em cada governo. Segundo ele, essa tem sido uma missão da atual gestão: criar programas sustentáveis. “Nós mantemos e melhoramos o Seed, que é um programa de aceleração de startups do governo passado. E estamos desenvolvendo muitos outros projetos com foco nas pessoas, sem importar quem entra ou sai do governo”, garantiu.

O presidente da Fapemig, por sua vez, destacou que o Brasil precisa de um alinhamento que abranja tanto governantes quanto universidades, instituições de fomento e iniciativa privada. “Em 2011, eu visitei a Coreia e escutei de mais de 50 organizações diferentes que a missão delas era tornar o país um fornecedor de qualquer coisa que o mundo precisasse até 2025. No ano seguinte, em Portugal, experimentei o mesmo sentimento de unicidade.

A missão deles era única: tornar Portugal um país da ciência e tecnologia. O problema é que aqui as cabeças ficam se batendo. Precisamos de um alinhamento e, quem sabe, com a Lava Jato (conjunto de investigações em andamento pela Polícia Federal do Brasil, que cumpriu mais de mil mandados de busca e apreensão, de prisão temporária, de prisão preventiva e de condução coercitiva, visando apurar um esquema de lavagem de dinheiro que movimentou bilhões de reais em propina) não conseguimos começar a nos organizar?”, concluiu.

ZPE é tema de reunião na Embaixada da China no Brasil

25/05/2017 – Fonte: MDIC

A secretária-executiva do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE), Thaise Dutra, e sua equipe técnica reuniram-se na terça-feira (23/5) com o embaixador da China no Brasil, Li Jinzhang. Na reunião, foi apresentado o regime brasileiro de Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) e suas oportunidades de investimentos.

Como foi apontado pelos técnicos do MDIC na reunião, a China tem experiência exitosa no desenvolvimento de ZPE e regimes congêneres como estratégia de maior desenvolvimento econômico e social.

Os representantes da Secretaria Executiva do CZPE ressaltaram o potencial das ZPE brasileiras no apoio aos investimentos chineses realizados no Brasil com foco em operações de exportação, contribuindo para o incremento das relações econômicas bilaterais.

Também foi destacada a possibilidade do aproveitamento dos benefícios do regime de ZPE para o processamento local e posterior exportação de produtos primários já destinados ao mercado consumidor chinês.

O embaixador da China avaliou positivamente o regime brasileiro de ZPE, que, segundo ele, poderá representar importante estímulo para o incremento dos fluxos de

comércio e investimento entre os países. Jinzhang mencionou também que investimentos chineses no exterior já se utilizam de ZPE e regimes congêneres existentes em diversas nações. Ele agradeceu ainda o reconhecimento da China como referência para o regime brasileiro de ZPE.

Ao final da reunião, a secretária-executiva do CZPE e o embaixador Jinzhang acordaram no desenvolvimento de tratativas conjuntas para divulgação das oportunidades de investimento nas ZPE brasileiras e de ações de capacitação sobre o tema a partir da experiência chinesa.

Zonas de Processamento de Exportação

As Zonas de Processamento de Exportações são áreas de livre comércio com o exterior destinadas à instalação de empresas com produção voltada à exportação. Para efeito de controle aduaneiro, as ZPE são consideradas Zonas Primárias.

Como instrumento de política industrial, as Zonas buscam fortalecer a balança de pagamentos, atrair investimentos estrangeiros, fortalecer a competitividade das exportações brasileiras, gerar emprego e difundir novas tecnologias no país.

As empresas que se instalam em ZPE têm acesso a tratamento tributário, cambial e administrativo específicos. Para a aquisição de bens e serviços no mercado interno, há suspensão da cobrança do IPI, Cofins e PIS/PASEP. Nas exportações, também são suspensos o Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) e o Imposto de Importação (II).

As importações e exportações as empresas autorizadas a operar no regime das ZPE contam ainda com dispensa de licença ou de autorização de órgão federais, com exceção das normas de ordem sanitária, proteção do meio ambiente e segurança nacional.

Além desses incentivos, os empreendimentos instalados em ZPE localizadas no Norte, Nordeste e Centro-oeste têm acesso a outros benefícios fiscais previstos no âmbito da Sudam, da Sudene e dos programas e fundos de desenvolvimento da Região Centro-Oeste, entre eles a redução de 75% do Imposto de Renda.

Em contrapartida a esse pacote de benefícios oferecidos pelo governo, as empresas que operam em ZPE devem auferir 80% de sua receita bruta anual com exportações. Sobre as eventuais vendas para o mercado brasileiro incidem integralmente todos os impostos e contribuições exigíveis pela legislação brasileira.

Um dos principais diferenciais do regime das Zonas de Processamento de Exportações é a maior segurança jurídica oferecida às empresas. Os incentivos previstos aos projetos industriais instalados em ZPE são assegurados pelo prazo de até 20 anos.

Acesse [aqui](#) mais informações sobre as Zonas de Processamento de Exportação (ZPE).

Indústria busca retomar competitividade

25/05/2017 – Fonte: Diário do Comércio

No terceiro e último dia do Ciclo de Debates promovido pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) em comemoração à Semana da Indústria, o centro das atenções esteve na pergunta: como restabelecer a competitividade do setor no País?

Em busca de respostas, especialistas e empresários presentes no evento, realizado na sede da entidade, em Belo Horizonte, chegaram ao consenso de que somente com a adoção de políticas horizontais o Brasil recuperará a produtividade e, conseqüentemente, voltará a ser competitivo nacional e internacionalmente.

Para o presidente da Fiemg, Olavo Machado Junior, a política industrial ideal para levar o setor ao patamar de produtividade almejado tem de criar condições para que aqueles que têm coragem de empreender realizem minimamente seus projetos.

“Isso vai desde o apoio ao desenvolvimento de tecnologia ao acesso a crédito com juros compatíveis aos do mercado internacional e a equipamentos nacionais e internacionais que nos deem condição de competir em igualdade com o restante do mundo”, avaliou.

O pesquisador da Fundação Dom Cabral (FDC) Paulo Tarso Vilela foi um dos cinco debatedores presentes no painel que fechou as discussões da Semana da Indústria, intitulado “Competitividade Industrial”.

Ele destacou que as principais políticas horizontais nacionais deveriam focar em quatro pontos: educação, inserção do Brasil no mercado global, inovação e infraestrutura. De acordo com o pesquisador, hoje 40% dos universitários brasileiros são analfabetos funcionais e não estão preparados para entrar no mercado de trabalho assim que se formam.

“Essas são as quatro políticas (horizontais) que a gente depende para que tenhamos aumento de produtividade. E, aumentando a produtividade, fatalmente seremos levados a um aumento da competitividade”, pontuou.

O nível de produtividade da indústria nacional tem sido causa de grande preocupação entre membros do setor em Minas Gerais. O vice-presidente da Fiemg, Aguinaldo Diniz, admitiu um grande incômodo com a revelação feita por especialistas no segundo dia de debates na entidade de que, na América Latina, o Brasil só estaria à frente da Venezuela em termos de produção.

O dirigente da entidade lamentou ainda a perda de participação da indústria na composição do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. Segundo Diniz, em 1985 o setor tinha entre 23% e 25% da formação do PIB. Com o passar dos anos, o percentual, porém, despencou e, em 2016, atingiu a casa dos 10%. “Isso é uma queda de 15 pontos percentuais (p.p.), absolutamente traumática para nosso setor”, constatou o vice da Fiemg.

“É inadmissível que a gente não possa ter um País de pleno emprego, de melhoria social, de menor desigualdade social. Isso passa por um escopo de medidas imenso, sabemos todos, mas um dia chegaremos lá. Temos condições para tal. Depende muito de nós, empresários, que trabalhamos e criamos emprego e renda”, completou.

Imediatismo - O economista da Tendências Consultoria e um dos debatedores, Sílvio Campos Neto, criticou o grande foco do Brasil em resoluções de curto prazo. Para Neto, as políticas adotadas no País nos últimos anos estiveram voltadas para resultados cada vez mais imediatos. Entre os principais erros que não deveriam ser repetidos, o economista aponta a realização de novas desonerações, ampliação da regra do conteúdo nacional, alterações arbitrárias em preços de mercado, crédito subsidiado e protecionismo.

“Tentamos de novo atacar muito mais as consequências do que as causas. Adotamos políticas muito excessivamente de curto prazo, com resultados cada vez menores e, pior, com consequências amplamente negativas”, avaliou.

O pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), Maurício Canêdo Pinheiro, afirmou que a saída para o setor produtivo nacional está na efetiva abertura de mercado. “Temos de fazer uma política industrial que consiga nos inserir da melhor maneira nesse processo de globalização. Mas, nos últimos anos, a gente tentou fazer justamente o contrário. Isso explica um pouco parte do que o Guilherme (Velloso, economista-chefe da Fiemg) chamou de fracasso”, disse.

Indústria mineira apresenta retrocesso

25/05/2017 – Fonte: Diário do Comércio

O nível de produção da indústria mineira apresentou o pior resultado do ano, ficando em 40,4 pontos em abril. Nos meses anteriores, os resultados alcançados foram 55,3 pontos em março; 42,2 em fevereiro; e 43,2 em janeiro.

Com relação a abril de 2016 - que apresentou 42,6 pontos - também houve retração. Os dados da Sondagem Industrial, divulgados ontem pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), indicam que "o baixo dinamismo da atividade econômica continua".

De acordo com a economista da Fiemg, Annelise Rodrigues Fonseca, a retração era esperada devido ao impacto do fator calendário, já que abril teve dois feriados importantes: Semana Santa e Tiradentes. O indicador da sondagem varia no intervalo de 0 a 100, sendo que valores acima de 50 indicam crescimento.

Segundo a economista, num curto prazo é esperada uma moderação da produção, com possível estabilização ainda abaixo dos 50 pontos, já que a sondagem também apontou utilização da capacidade efetiva abaixo da usual para o mês, além do aumento de estoques pelo terceiro mês consecutivo. Por outro lado, os empresários esperam, para os próximos seis meses, o aumento da demanda.

Annelise Fonseca ressalta que a pesquisa foi realizada entre os dias 2 e 12 deste mês e não reflete os possíveis impactos da recente crise política desencadeada após as delações dos empresários da JBS, envolvendo o presidente Michel Temer (PMDB) e o senador Aécio Neves (PSDB).

A Sondagem Industrial revelou que o indicador de utilização da capacidade efetiva em relação ao usual ficou em 34,4 em abril, também tendo sofrido a influência dos feriados. Em março, o índice ficou em 40,4 pontos. Na comparação anual houve melhora, já que em abril de 2016 o indicador foi de 32,7.

Já o indicador de emprego, que não sofre a influência do calendário, não mostrou grande variação com relação ao mês anterior, mantendo tendência de melhora. Em abril de 2017, foi de 48,3 pontos, enquanto março foi de 48,2. Em abril de 2016, esse índice foi de 44,5.

Estoques elevados - O indicador de estoque de produtos finais ficou em 53,2 pontos em abril, aumentando 1,8 ponto em relação a março. É o terceiro mês consecutivo que apresenta alta. Já o índice de estoque efetivo/planejado - mede a adequação do nível de estoques aos planos da empresa - ficou em 52,5, mantendo-se relativamente estável na comparação com março (52,6 pontos). "Esse resultado sugere que as empresas, em média, encerraram o mês com acúmulo indesejado de estoques", aponta o relatório.

Quanto à expectativa para os próximos seis meses, a pesquisa mostrou que os empresários aguardam aumento da demanda e das exportações. Entretanto, a economista Annelise Fonseca ressalta que os índices, devido à crise política, podem ter variações importantes nas próximas medições. "A pesquisa atual não reflete esse novo cenário político", informa.

A pesquisa mostrou que a expectativa dos empresários quanto ao aumento da demanda por seus produtos, nos próximos seis meses, registrou 54,7 pontos em maio de 2017, com elevação de 8,4 pontos na comparação com o mesmo mês de 2016. No mês anterior, o índice foi de 55,9.

Com relação à expectativa sobre a quantidade exportada nos próximos seis meses, o

resultado foi de 53,2 pontos em maio. O indicador voltou ao patamar otimista, após ficar abaixo da linha dos 50 pontos (48,8) no mês anterior. Os empresários estimam aumento nas compras de matérias-primas, como aponta o indicador de 51 pontos em maio de 2017.

O indicador de expectativa de emprego registrou 49,1 pontos, mostrando redução menos intensa. Esse foi o maior valor para o índice desde março de 2014.

Quanto à intenção de investimento para os próximos seis meses, o índice foi de 45,5 pontos em maio, um recuo de 2,6 pontos em relação a abril. Com relação ao mesmo mês do ano passado, houve melhora: em maio de 2016, o índice foi de 41,8.

Ambiente conturbado pode afetar confiança de empresários

25/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ambiente conturbado provocado pela crise política deve ter repercussões na confiança dos empresários e consumidores e, se persistir, pode até prolongar a recessão, segundo avaliação de executivos de bancos.

O risco político é o principal determinante para a economia nos próximos trimestres, afirmou o Credit Suisse em relatório. "A incerteza política e econômica aumentou substancialmente com os eventos das últimas semanas, dificultando ainda mais uma retomada consistente dos investimentos."

Por enquanto, contudo, o banco mantém as projeções de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 0,2% em 2017 e 2,0% em 2018. Para a instituição, o prolongamento da crise poderia afetar, de forma mais relevante, a aceleração da economia por meio da maior expansão dos investimentos. Assim, há chance de o País ter três trimestres de contração, após o PIB subir 0,8% de janeiro a março, conforme projeção do banco.

"A crise tem potencial de risco de atrasar a consolidação fiscal, reduzir as chances de aprovação da reforma da Previdência e diminuir o ritmo de corte dos juros", segundo o economista-chefe do Goldman Sachs para América Latina, Alberto Ramos. "A esperada recuperação da economia pode parar. O cenário para a economia real se tornou muito mais incerto."

Ramos avalia que o ciclo de corte de juros vai prosseguir no curto prazo. O Comitê de Política Monetária (Copom) se reúne na semana que vem e deve cortar os juros, no máximo, em 1 ponto porcentual. Antes da crise, crescia o consenso para uma redução maior, de 1,25 ponto.

No lado fiscal, uma das consequências é que o Brasil só pode voltar a ter superávit primário após 2020. "No médio prazo, pode ficar muito difícil, sobretudo se as reformas forem adiadas, que o governo cumpra o teto para os gastos", diz Ramos.

A crise política, no entanto, não alterou o interesse e o comprometimento pelo Brasil do CPPIB, maior fundo de pensão do Canadá, com cerca de US\$ 230 bilhões de ativos e 20 milhões de cotistas, afirma o diretor e chefe para a América Latina, Rodolfo Spielmann.

O executivo mencionou que as instituições do Brasil têm funcionado, ao contrário de outros emergentes. O CPPIB investe na América Latina desde 2006. Ele ressaltou, em evento em São Paulo, que o fundo deve expandir investimentos no País. Para ele, a paralisação das reformas causaria problemas na trajetória de crescimento do País. "O Brasil precisa resolver a questão fiscal", disse. "Haverá atraso, mas não sabemos por quanto tempo."

Receita altera instrução sobre declaração anual de multinacionais

25/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

A Secretaria da Receita Federal publicou no Diário Oficial da União (DOU) desta quinta-feira, 25, alterações na instrução normativa que trata da obrigatoriedade da declaração país a país, relatório anual pelo qual multinacionais fornecem à administração tributária da jurisdição de residência informações e indicadores sobre localização de suas atividades, alocação global de renda e impostos pagos e devidos.

Dentre as mudanças, o novo texto publicado no Diário Oficial afirma que “o investidor, independentemente da natureza de seu envolvimento com a entidade investida, deve avaliar se detém controle, individual ou em conjunto com outra entidade integrante do mesmo grupo multinacional, sobre a investida”.

Na avaliação da base aliada, segundo trimestre ‘está perdido’

25/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

Apesar da tentativa da equipe econômica de evitar contaminação maior da agenda de reformas pela crise política, lideranças parlamentares que dão sustentação ao presidente Michel Temer consideram perdido para a economia o segundo trimestre. A reforma trabalhista é a única considerada com alguma chance de ser aprovada neste semestre.

O problema é tratado com reserva pelos parlamentares porque o que não se quer é desestabilizar o trabalho da equipe do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, embora tenha repercutido mal sua declaração a investidores de que a reforma da Previdência avançará, com ou sem o presidente.

Meirelles tem feito uma ofensiva para manter a agenda de reformas e a estratégia está evitando turbulência maior no mercado financeiro, como ocorreu no dia seguinte à revelação das delações dos executivos da JBS que envolveram o presidente.

Há preocupação também que o agravamento da crise prejudique o processo de queda dos juros na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) marcada para os dias 30 e 31. “O segundo trimestre já se foi”, avaliou uma liderança da base no Senado.

Segundo fontes, o governo poderá articular a votação da reforma trabalhista diretamente no plenário, para acelerar a tramitação – ela deixaria de passar por comissões no Senado.

Se a reforma trabalhista tem chance de ser aprovada neste semestre, o ceticismo é maior com a previdenciária, segundo apurou o Estadão/Broadcast. No Congresso, já se começa a pensar em mudanças na Previdência que poderiam ser endereçadas via medida provisória (MP), que entra em vigência assim que publicada, ou mesmo por um projeto de lei.

Seria uma “minirreforma”, suficiente para manter o nível de despesas do governo dentro do teto de gastos, até a realização de uma reforma mais ampla em 2019. As alterações via MP poderiam incluir o fim da fórmula 85/95 para a aposentadoria integral, a elevação do tempo de contribuição e mudanças na comprovação do tempo de serviço por trabalhadores rurais.

Lideranças da base preveem que a discussão da reforma da Previdência fica só para o segundo semestre. Segundo aliados, a preocupação agora é com a sobrevivência do governo Temer, o que colocou as reformas em segundo plano, por enquanto.

Líderes dizem que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), marcou o início da votação da proposta no plenário da Casa entre os dias 5 e 12 de junho apenas para dar uma sinalização para o mercado financeiro de que o governo não está parado.

Como se trata de mudança constitucional, a reforma precisa passar por duas votações, com no mínimo 308 votos favoráveis em cada uma.

O PMDB paralisou a discussão sobre o fechamento de questão do partido a favor da reforma. "Não está na pauta esse assunto", disse o líder do partido na Câmara, Baleia Rossi (SP). Antes da delação, o peemedebista tinha a assinatura de 50 dos 64 deputados da bancada apoiando o fechamento de questão. O gesto do PMDB é considerado fundamental para incentivar outros partidos a fazerem o mesmo.

Aumenta tensão em discussão entre deputados e a equipe econômica sobre o Refis

25/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

Um impasse em torno do texto da Medida Provisória 766, que cria um novo Refis para débitos tributários, aumentou a tensão nas negociações do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, com os parlamentares. A base aliada luta para votar a medida no plenário da Câmara ainda na noite desta quarta-feira, 24.

O deputado Pauderney Avelino (DEM-AM) afirmou que não é possível fazer uma emenda aglutinativa para chegar às condições do acordo firmado pela área econômica. Um dos pontos questionados é a "entrada" de 7,5% da dívida até o fim do ano, que não constaria em nenhuma emenda para ser então aglutinada. O líder do governo na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), adentrou a liderança do governo no Congresso bradando que, com este texto, esta MP e a 765, que cria o bônus para os auditores da Receita, caem.

"Se continuar assim, (o governo) vai perder as duas", disparou Ribeiro para o secretário-executivo da Fazenda, Eduardo Guardia, e o secretário da Receita, Jorge Rachid. Em seguida, todos entraram novamente na sala onde está Meirelles para voltar às negociações.

O deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG) disse que, se não houver acordo com o governo, o texto a ser votado será o do relator. O parecer do deputado Newton Cardoso Jr. (PMDB-MG) desfigurava a proposta do governo ao conceder anistia praticamente total a juros e multas. O governo tenta aprovar um texto com descontos menores.

Meirelles: nova MP sobre Refis é considerada melhor opção

25/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

Após um longo dia de negociações para a construção de um novo texto para a medida provisória (MP) 766, que cria um Refis para dívidas tributárias, o governo fechou um acordo para deixar a proposta caducar.

Será editado um novo texto sobre a matéria, a ser enviado ao Congresso Nacional. Essa foi a alternativa viável diante de impossibilidades técnicas para a votação do texto da forma como havia sido acordado com a área econômica do governo.

"A aglutinação de emendas para construir o novo texto estava complexa", admitiu o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, que passou mais de três horas na liderança do governo no Congresso negociando a votação, na noite desta quarta-feira, 24. Segundo o ministro, a intenção é fechar um novo acordo já no início da semana que vem.

A ideia de deputados da base aliada do governo era votar a MP do Refis ainda nesta quarta-feira, diante do prazo apertado até a expiração da medida (1º de junho), mas havia um problema técnico. O texto acordado entre governo e deputados tinha elementos que não constam na MP original ou em emendas – ou seja, não havia base legal para incluí-los em uma emenda aglutinativa, explicou o líder do governo, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

“Não tem como votar a MP por cima do regimento”, disse o deputado Pauderney Avelino (DEM-AM), que defendeu a apresentação de nova MP para o Refis em cima dos termos já acordados.

Ribeiro também demonstrou ser favorável à edição de nova MP. Mas, além do imbróglio técnico, deputados favoráveis ao Refis começaram a pressionar pela votação de afogadilho com outra MP que está na pauta, a que cria um bônus para os auditores fiscais da Receita Federal. O jogo passou a ser votar o bônus que beneficia o Fisco apenas depois de aprovar o Refis, segundo os relatos dos parlamentares.

Para destravar as negociações, o governo deu sua palavra de que vai editar o novo texto do parcelamento de dívidas. Em troca, os parlamentares aprovaram a MP do bônus. “É um jogo de confiança”, disse Ribeiro.

O líder do governo na Câmara admitiu que “não adianta precipitar a votação do Refis” diante das inviabilidades técnicas e os impeditivos no regimento da Casa. Deputados da base trabalhavam para acelerar a votação diante da ausência da oposição do plenário. “Não se trata de aprovar a matéria com presença ou não da oposição, é preciso ter responsabilidade com o País”, disse Ribeiro.

Meirelles reconheceu que a alternativa de deixar a MP do Refis caducar é “uma boa solução”. “Não temos definição sobre modelo, se vai ser projeto de lei ou MP, mas MP é considerada a melhor opção”, disse o ministro.

O líder do governo no Congresso, deputado André Moura (PSC-SE), alertou, no entanto, que a nova negociação também pode envolver os termos do parcelamento. “Não estão garantidas as mesmas condições”, disse.

As novas condições do Refis previam nova modalidade, válida para dívidas de até R\$ 300 milhões, com pagamento de uma entrada de 7,5% da dívida, em parcelas a serem pagas até dezembro deste ano. Depois, o devedor teria duas opções para quitar o restante. A primeira seria o pagamento à vista, em janeiro de 2018, com descontos de 25% nos encargos, 40% nas multas e 90% nos juros. Outra opção seria o parcelamento em 150 meses, com descontos de 25% nos encargos, 50% na multa e 80% nos juros.

O prazo de adesão ainda seria dilatado até 31 de agosto deste ano. Isso é necessário, segundo Meirelles, porque houve paralisação nas adesões diante das possíveis mudanças no texto, que deixaram os contribuintes à espera das condições finais do programa.

Meirelles admitiu ainda que o acordo, que inclui pagamento de recursos à vista, pode beneficiar a arrecadação este ano. “Não há dúvida de que pagamento à vista beneficia o fiscal deste ano”, disse. Mas o ministro foi cauteloso e afirmou que antes de fazer as contas é preciso verificar qual será a adesão e como ficará formatado o projeto final. “Pode ser que o acordo negociado garanta mais recursos em 2017”, disse Meirelles. Na versão original, a expectativa de arrecadação com o Refis era de R\$ 8 bilhões. Essa projeção, no entanto, ficou ameaçada diante das mudanças feitas pelo relator da MP, deputado Newton Cardoso Jr. (PMDB-MG), que pretendia dar anistia praticamente total a multas e juros.

“Não perdemos nada de arrecadação, vamos ganhar”, garantiu Meirelles. “Estamos construindo um acordo visando a arrecadações maiores do que as previstas.”

Nesta quinta-feira pela manhã haverá uma reunião técnica da equipe econômica para discutir o Refis, com foco em mudanças inseridas pelos parlamentares que não estavam previstas no acordo.

Ribeiro reconheceu a existência de “jabutis” no texto que seria votado nessa quarta-feira (24). À tarde, será a vez de a equipe econômica se reunir novamente com os deputados para uma nova rodada de negociações.

‘É melhor ter acordo ruim do que nenhum acordo’, diz relator de MP do Refis

25/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

O relator da Medida Provisória (MP) do novo Refis, deputado Newton Cardoso Jr. (PMDB-MG), afirmou nesta quarta-feira, 24, que não está satisfeito com o texto proposto pelo governo, que prevê a concessão de descontos em juros e multas para o pagamento dos débitos. “Mas é melhor ter acordo ruim do que nenhum acordo. É melhor ter mais acordo do que uma boa briga”, disse.

O relator saiu de uma reunião na noite desta quarta com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, na liderança do governo no Congresso. Cardoso Jr. está no plenário tentando costurar um acordo com a base para votar a medida ainda hoje, diante da ausência da oposição.

Além das mudanças nas condições de pagamento e da incorporação dos descontos, o texto que já circula entre os deputados prevê que poderão ser parcelados os débitos vencidos até 30 de abril de 2017 (o projeto original previa o prazo de 30 de novembro de 2016). O substitutivo também aumenta o prazo para a adesão para 31 de agosto deste ano.

Texto da MP do Refis enfim foi fechado, diz Rodrigo Maia

25/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou nesta quarta-feira, 24, que o novo texto da Medida Provisória (MP) 766, que cria um novo Refis para o parcelamento de dívidas tributárias, está fechado e sendo redigido. Há a possibilidade de que a medida seja votada ainda hoje no plenário da Casa, como mostrou o o Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, está neste momento com os parlamentares na liderança do governo no Congresso para acertar os últimos detalhes do texto. A MP do Refis caduca em 1º de junho, quinta-feira da semana que vem, e a avaliação é de que há riscos que a medida perca a validade, caso a apreciação da matéria seja postergada.

“O texto enfim está fechado”, afirmou Maia, lembrando que os técnicos agora estão trabalhando na redação. “Não sei se tem acordo para votar hoje, mas tem uma parte (dos deputados) que quer. Outra parte não quer”, disse o presidente da Câmara.

Como mostrou o **Broadcast**, a nova proposta concede mais vantagens do que o texto original enviado pelo governo, que não previa descontos na dívida, mas é menos benevolente do que havia estabelecido o relator da medida, deputado Newton Cardoso Jr (PMDB-MG). Da forma como havia sido proposta pelo relator, o Refis poderia ter efeito inverso à arrecadação de R\$ 8 bilhões esperada pelo governo.

As novas condições do Refis devem estabelecer descontos de 25% nos encargos, 40% das multas e 90% nos juros para quem optar pelo pagamento à vista, em janeiro de 2018.

Outra opção seria o parcelamento em 150 meses, com descontos de 25% nos encargos, 50% na multa e 80% nos juros. A modalidade vale para quem tem dívida de até R\$ 300 milhões.

O acordo ainda fixa a entrada de 7,5% da dívida para pagamento em parcelas até dezembro deste ano.

As negociações ao longo do dia de hoje foram duras. Uma primeira rodada de reuniões foi feita hoje pela manhã, com participação do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, no final das discussões. As conversas foram retomadas à tarde, com o lançamento de uma contraproposta pelo governo. A oferta foi analisada pelos parlamentares, que fizeram algumas adaptações.

Descontos oferecidos em edições anteriores do Refis foram usadas como barganha pelos negociadores em busca de uma proposta mais vantajosa aos que detêm dívidas. Um parlamentar da base que participa das negociações lembrou que o Refis aberto para os bancos no passado teve 100% de desconto em multas e encargos. "Esse argumento é poderoso", disse a fonte.

Texto da nova MP do Refis terá redução de juros e multas para empresários

25/05/2017 – Fonte: G1/ Jornal EXTRA

O texto da nova Medida Provisória do Refis negociado até agora prevê que o prazo de adesão subiria para 30 de abril de 2017; com pagamento à vista de 7,5% da dívida consolidada a ser paga até dezembro; parcelamento em 150 meses, com desconto de 25% nos encargos e 40% nas multas. Sem a oposição e depois de um dia tumultuado, a Câmara realizou sessão que terminou já na madrugada desta quinta-feira, mas não se chegou a acordo sobre o texto com novos prazos de adesão e descontos para os empresários.

A Câmara aprovou no rolo compressor seis das setes MPs pautadas para quinta-feira. Irritados porque o acordo do novo Refis não fora fechado ainda na madrugada, os deputados interromperam a sessão no meio da votação da MP 765, que interessava os auditores da Receita Federal. O presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), convocou nova sessão para hoje.

A quinta-feira atípica teve direito à presença do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, que ficou na Câmara até quase meia-noite discutindo o lançamento pelo governo de um novo Refis, parcelamento de dívidas para empresários. Meirelles ficou na liderança do governo no Congresso, que virou o QG da Fazenda até altas horas.

Sem acordo no texto da MP 766 — que trata do atual Refis e vai expirar em primeiro de junho — Meirelles anunciou que haverá uma nova MP e que as negociações serão retomadas na manhã desta quinta-feira. A equipe econômica deve se reunir à tarde com os parlamentares.

Na saída da Câmara, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse já quase no fim da noite desta quarta-feira que a Medida Provisória do Refis, que é a 766, perderá a validade e o governo deverá editar uma nova Medida Provisória, com novos prazos de adesão e descontos para os empresários.

A informação de que a equipe econômica planejava a edição de uma nova medida provisória (MP) sobre o assunto foi antecipada em reportagem do jornal O GLOBO nesta terça-feira.

Meirelles ficou até às 23h45 no Congresso, tentando fechar um acordo, mas a avaliação da equipe econômica é que haviam sido colocados muitos "jabutis" dentro do parecer final.

Meirelles disse que, com um novo Refis, o governo "não perderá nada". Ele acredita que com um novo Refis, com novo prazo de adesão, haverá ainda mais recursos para 2017, que inicialmente seriam de R\$ 8 bilhões. Haverá um desconto maior para empresas que pagarem à vista, por exemplo.

A sessão da Câmara virou uma queda de braço porque os deputados queriam primeiro a MP 766 e a Receita, queria a aprovação da MP 765, que dava reajuste a auditores fiscais. Sem o acordo final, uma nova reunião será feita nesta quinta-feira: pela manhã, com os técnicos e à tarde com os parlamentares. A atual MP do Refis perde a validade no próximo dia 1o de junho.

— Avançamos bastante na discussão, mas, de fato, a aglutinação de diversas emendas estava complexa. Então, a ideia dessa MP é de se esgotar ou ser revogada. A princípio, a (nova) Medida Provisória está sendo considerada a melhor pela eficácia imediata, mas ainda não há uma definição. Estamos ainda num processo de chegar a um acordo, mas ainda não chegamos a um acordo final. Vamos ver qual o número total de adesão.

Não há dúvida de que um projeto para um pagamento à vista de uma parcela maior beneficia a arrecadação tributária de 2017. Mas precisa ver qual o volume de companhias e de recursos que terão condições de pagar à vista — disse Meirelles.

Meirelles passou o dia negociando o texto com os deputados, mas na noite a Fazenda constatou muitos itens colocados de última hora.

O líder do governo na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), disse que é preciso confiar na palavra de que o governo se compromete a editar uma nova MP do Refis e se votasse mesmo assim a MP dos reajustes.

— Temos que ser cuidadosos no texto de um novo Refis — disse Aguinaldo Ribeiro.

Reforma trabalhista: governo acha atalho para aprovar proposta a toque de caixa

25/05/2017 – Fonte: Gazeta do Povo



O governo está disposto a levar a reforma trabalhista direto para o plenário do Senado se a oposição continuar obstruindo as discussões. Após uma sessão tumultuada na última terça-feira na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com um bate-boca que quase rendeu confronto físico entre senadores, um interlocutor do Palácio do Planalto disse que o governo considera voltar atrás no acordo feito com a oposição para que o projeto passe por três comissões, além da CAE e as comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição e Justiça (CCJ).

“A gente puxa para o plenário. Nós estamos querendo discutir, eles estão querendo brigar.”

Para levar a matéria para o plenário, seria necessário um requerimento de líderes, com assinaturas dos representantes de pelo menos 41 senadores. Isso seria dificultado pela oposição feita pelo líder do PMDB na Casa, Renan Calheiros (AL), às reformas. O

senador tem defendido abertamente que o projeto da reforma trabalhista precisa de mudanças e que a tramitação não pode ser apressada.

O governo ainda considera ter condições de votar a reforma no Senado, apesar do cenário de incertezas deixar os senadores inseguros. Além da situação política frágil de Temer após as denúncias envolvendo seu nome, há ainda o risco de o presidente ser cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A aprovação da reforma trabalhista no Senado está vinculada a um acordo costurado entre a base e Temer para que uma medida provisória seja publicada modificando alguns itens. Além disso, há vetos negociados para algumas questões.

A oposição está disposta a continuar a obstrução. Nesta quarta-feira, os senadores divulgaram que iriam ingressar com uma questão de ordem em plenário questionando possível fraude nas notas taquigráficas e pedindo a anulação da última reunião da CAE.

Após a confusão na comissão, o presidente da CAE, Tasso Jereissati (PSDB-CE), deu o parecer do relator da reforma trabalhista, Ricardo Ferraço (PSDB-ES) como lido, sem que de fato tivesse havido a leitura. Com as manifestações que assolaram Brasília nesta quarta-feira (25), no entanto, a oposição acabou tendo outras prioridades na pauta do plenário.

O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) garantiu que o objetivo é continuar fazendo barulho na próxima reunião da CAE, na terça-feira (30). "Nós não faremos reunião se eles derem o relatório como lido. Nós éramos um grupo pequeno, mas estamos crescendo em relação às reformas."

Projeto da Reforma Trabalhista ainda pode mudar! Conheça 6 possíveis alterações

25/05/2017 – Fonte: Tribuna PR



Para acelerar a aprovação da reforma trabalhista, o relator do tema no Senado, Ricardo Ferraço (PSDB-ES) decidiu apresentar um relatório sem alterações com relação ao texto que foi aprovado pela Câmara.

Ele se limitou a fazer sugestões de mudanças ao presidente Michel Temer, em um acordo com o Executivo para que alguns itens sejam vetados e outros incluídos via medida provisória na sequência.

O projeto agora terá de ser aprovado em três comissões e depois no Plenário. As mudanças são pontuais e não mudam o essencial do texto original, no qual fica estabelecido que o negociado prevalece sobre o legislado. A reforma mexe com quase 100 artigos da CLT e cria novos formatos de contratação.

Veja a seguir os seis pontos que devem mudar após a aprovação da reforma.

Gestantes

Afastamento de ambientes insalubres gestante e lactante s e questões sobre serviço extraordinário da mulher: o projeto da Câmara havia definido uma nova regra pela qual a mulher está autorizada a trabalhar em ambientes insalubres desde que com um atestado médico. A proposta é que o presidente vete este ponto e se discuta posteriormente a alteração, em especial no que diz respeito ao trabalho em hospitais.

Jornada de 12 horas

O projeto prevê que acordos individuais sejam suficientes para a adoção de uma jornada de 12 horas por 36. Ferraço entende que a previsão não protege suficientemente o trabalhador, que pode ser compelido a executar jornadas extenuantes que comprometem a sua saúde e até a sua segurança. A proposta é que o presidente mantenha esse sistema de jornada apenas para acordos coletivos.

Trabalho intermitente

O relator quer deixar para depois a criação do trabalho intermitente, "no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador, exceto para os aeronautas, regidos por legislação própria."

Comissão de trabalhadores

A criação da comissão de trabalhadores, prevista pelo projeto da Câmara, deverá ter mais "clara a diferença de atribuições entre estes representantes e os sindicatos, sob pena de serem corroídas as estruturas que defendem os trabalhadores, com risco de desproteção", segundo o relator.

Intervalo intrajornada

Pelo projeto original, é obrigatório pelo menos 30 minutos de pausa na jornada, em vez de uma hora como é hoje. O relator preferiu não deixar prevalente o negociado sobre o legislado em relação a esse tema.

Hora extra da mulher

O projeto aprovado na Câmara revoga o artigo da CLT que previa um descanso de 15 minutos para a mulher antes da execução de horas extras. O relator no Senado sugeriu que alteração seja vetada.

Reunião de Nogueira com Ferraço e Jucá sobre reforma trabalhista é cancelada

25/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

Foi cancelada a reunião do ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, com os relatores da reforma trabalhista no Senado, Ricardo Ferraço (PSDB-ES) e Romero Jucá (PMDB-RR).

O encontro estava programado para as 17h desta quarta-feira, 24. Diante da confusão na Esplanada dos Ministérios, a reunião deve ser adiada para a próxima terça-feira.

A previsão é de que o projeto seja votado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) também na próxima terça-feira. De lá, o texto segue para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A votação em plenário está prevista para a segunda semana de junho.

'Reforma é uma questão de Estado, e não de governo', diz Marcelo Caetano

25/05/2017 – Fonte: O Estado de S. Paulo

Depois de o governo admitir que a votação da reforma da Previdência no Congresso Nacional pode atrasar diante da instabilidade política provocada pelas acusações contra o presidente Michel Temer, o secretário de Previdência, Marcelo Caetano, afirmou ao Estadão/Broadcast que acredita "sinceramente" em sua aprovação, já que se trata de uma "questão de Estado". E, apesar de assegurar que não é uma hipótese com a qual trabalhe, ele adverte: "Se houver prorrogação, a reforma terá de ser mais forte."

Como fica a reforma? Ontem, o ministro Meirelles falou em possível atraso.

Quem define isso é o Congresso. A questão do timing (tempo), o conteúdo, é o Congresso. O Rodrigo Maia (presidente da Câmara dos Deputados) disse que seria no início de junho. Eu estou trabalhando normalmente.

Os fatos recentes colocam em risco a reforma?

Encaro e sempre encarei que a Reforma da Previdência é uma questão de Estado, e não de governo. Os governos que propõem uma reforma são corajosos. Porque traz o custo político de uma reforma da Previdência e, no fundo, o benefício é mais para as administrações posteriores. Ela é necessária para o País em si. Para os governos é até mais fácil fingir, assumir que não existe um problema e prorrogar.

Se a reforma for paralisada agora, o que acontecerá?

A reforma é inevitável do ponto de vista técnico por causa de questões que já estamos falando há muito tempo. Temos uma despesa previdenciária bastante elevada e passamos por um processo de envelhecimento populacional muito acentuado. São evidências tanto do tamanho da despesa quanto do envelhecimento, que é muito rápido. Para poder pagar isso, não tem jeito.

Há pessoas que acreditam que não é preciso fazer a reforma.

As pessoas podem ver o mundo da forma que querem. Mas, quando a gente observa, independentemente das receitas, o tamanho das despesas, elas vão crescer. Teremos uma tendência de crescimento das despesas por conta de quantidade de pessoas mais idosas recebendo. Não tem como fazer com que essa despesa não cresça sem uma reforma pela própria questão de quantidade. Não tem muito como (evitar), a reforma vai ter que acontecer de qualquer jeito.

Qual é o risco de um retrocesso?

Quando observamos as reações que ocorrem em termos de dólar, juros, isso é um indicativo dos riscos econômicos de uma não aprovação da reforma. É uma maneira de tentar antecipar efeitos de uma não reforma.

Os juros estão mais elevados não por uma decisão do governo, mas porque o próprio sistema econômico faz com que eles fiquem mais elevados. A ausência da reforma aumenta isso. Isso traz uma situação de mais desemprego. A ausência de reformas aumenta as incertezas.

Tem uma situação em que a perspectiva de reforma, não é nem a aprovação, mas a sua perspectiva, fica mais concreta. A gente observa que tem uma queda de juros de modo natural e não artificial pelo próprio sistema econômico. Isso é um indicativo de como a reforma pode ser benéfica para o que importa, que é o crescimento, geração de empregos, de salários para o País. É uma evidência muito imediata.

Caso a reforma fique para depois, é possível partir desses mesmos termos do que já foi aprovado?

Quanto mais se prorrogar a reforma, vai ter que compensar o que deixou de ser feito para trás. Se houver uma (prorrogação), o que eu não acredito, trabalhando de maneira hipotética, a reforma terá de ser mais forte. Mas isso não é uma hipótese com a qual eu trabalho.

Vai ter a reforma?

Eu creio que vai ter. Sinceramente acredito que sim, porque é uma questão de Estado, de País.

A proposta estava quase pronta para ser votada...

Ela está pronta para ser votada. Em termos de texto, ela estava já encaminhada. Sempre lembrando que no fundo uma emenda constitucional é uma decisão do Congresso. Saiu do Executivo a proposta, mas quem define o que fica e o que sai é o próprio Congresso.

O sr. está satisfeito com o texto que foi construído?

Se for ver, a gente está colocando uma idade mínima de aposentadoria. Tudo bem, tem uma transição de 20 anos, mas é uma transição. Tem as mudanças nas pensões. A reforma da Previdência é uma questão não só para a União, é também para Estados e municípios.

Do jeito que é hoje, os principais pontos referentes ao desenho do plano previdenciário, no que diz respeito à regra de acesso, fórmula de cálculo, indexação e pensão, estão estabelecidos na Constituição. Não há como fazer ajustes por conta própria. O que eles têm como ajustar um pouco é a tributação. E olhe lá, também.

Há quem defenda deixar a discussão da reforma para um próximo governo. O sr. Concorde?

Dependendo de quanto tempo for esperar, a reforma vai ter que compensar o que deixou de ser feito. É decisão política. Se deixar para fazer em 2019, vai ter que compensar o que deixou de ser feito em 2017 e 2018.

Para agência Fitch, crise política causa incerteza a ajuda fiscal a Estados

25/05/2017 – Fonte: Bem Paraná

As turbulências políticas enfrentadas pelo governo do presidente Michel Temer criam um cenário de incerteza para a ajuda fiscal a Estados em crise, de acordo com nota da agência de classificação de risco Fitch divulgada nesta quarta-feira (24). Segundo a Fitch, a crise política envolvendo Temer pode prejudicar o perfil de crédito de Estados se provocar atrasos ao socorro federal e se retardar a aprovação de leis federais que poderiam aliviar pressões previdenciárias estaduais.

Em negociações recentes com os Estados com mais dificuldades fiscais, o governo federal concordou em assegurar apoio financeiro direto em troca da redução dos gastos operacionais, incluindo o percentual da contribuição feita por funcionários públicos, aposentados e pensionistas ao sistema previdenciário estadual.

A contrapartida também incluiria a privatização de empresas públicas estaduais. O Rio de Janeiro foi o primeiro Estado a iniciar negociações, seguido por Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Segundo a Fitch, o plano de ajuda federal poderia ter impacto positivo no curto prazo, mas a incerteza política provavelmente vai retardar sua implementação.

As linhas de crédito oferecidas pelo governo federal permitiriam aos Estados pagar salários atrasados de serviços críticos, como do judiciário e ou do sistema de saúde.

O adiamento desse plano poderia reduzir benefícios futuros, como o aumento da arrecadação de impostos e o controle de despesas discricionárias. Adiar o socorro aos Estados poderia prejudicar a economia geral, que é concentrada em quatro unidades federativas. Só São Paulo responde por um terço do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro, lembra a Fitch.

"Nós esperamos que as condições macroeconômicas melhorem em 2017 na comparação com 2016 e 2015, mas a recuperação vai ser lenta", prevê a agência.

A Fitch não espera que Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul consigam gerar receita suficiente para cobrir seus custos operacionais em 2017. Por isso, afirma, esses Estados terão que recorrer a receitas extraordinárias, como depósitos judiciais, taxaço de ativos repatriados e créditos de emergência.

Oposição abandona plenário, e governistas conseguem aprovar 6 MPs

25/05/2017 – Fonte: Bem Paraná

Aproveitando-se de um protesto realizado pela oposição, a base de apoio a Michel Temer conseguiu aprovar na noite desta quarta-feira (24) seis medidas provisórias que estavam perto de perder a validade. Todas seguem para análise do Senado. Após as manifestações na Esplanada e a decisão do presidente Michel Temer de colocar o Exército nas ruas para reforçar a segurança, os partidos de oposição abandonaram o plenário da Câmara em protesto.

Com isso, os governistas ficaram sozinhos, o que lhes permitiu aprovar as medidas sem a chamada "obstrução" da oposição, que é o uso de manobras protelatórias (como a apresentação de vários requerimentos) que esticam as votações por horas.

Governistas chegaram a ironizar, afirmando que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), deveria aproveitar o "W O" da oposição para aprovar a reforma da Previdência. Entre as MPs aprovadas está a 759, que traz regras para regularização fundiária urbana e rural, incluindo o chamado "direito da laje", que é a possibilidade de em algumas situações o proprietário vender a outra pessoa um segundo pavimento, com escrituras separadas.

Segundo o ministério das Cidades, a MP tem o objetivo de "desburocratizar, agilizar e reduzir custos das ações de regularização fundiária urbana no país", o que inclui "ocupações ordenadas, desordenadas, clandestinas, irregulares, como condomínios, loteamentos e incorporações ilegais".

Outra MP aprovada foi a 767, que garante a realização do pente-fino no auxílio-doença e nas aposentadorias por invalidez. As expectativas do governo são de uma economia de R\$ 6 bilhões. O plenário aprovou também a MP 761, que muda as regras do Programa de Proteção ao Emprego, que mudou o nome para Programa Seguro-Emprego. Outra das MPs aprovadas é a 764, que autoriza aos lojistas cobrarem preços diferenciados em seus produtos de acordo com a forma e o prazo do pagamento.

Câmara aprova MP que prorroga vigência e altera regras de adesão do PPE

25/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

Em mais uma votação sem a presença da oposição, o governo conseguiu aprovar na noite desta quarta-feira, 24, no plenário da Câmara, a medida provisória (MP) que alterou o nome do Programa de Proteção ao Emprego (PPE), sua vigência e outras regras de adesão. A proposta foi aprovada em votação simbólica e ainda precisa passar pelo Senado até o próximo dia 1º de junho, quando perde a validade.

Criado em 2015 durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), o programa prevê redução de até 30% da jornada de trabalho de funcionários de empresas em crise, com igual diminuição dos salários pagos pela companhia.

O trabalhador, porém, só perde metade do salário. Isso porque a outra metade é paga pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) até o limite de R\$ 1.385,91. Essas regras não foram alteradas pela MP.

A medida aprovada alterou o nome do PPE para Programa Seguro-Emprego (PSE). O prazo de vigência do programa foi prorrogado em 12 meses, de 31 de dezembro deste ano para 31 de dezembro de 2018.

A MP retirou a exigência de realização de termo aditivo ao acordo coletivo de trabalho em caso de alteração no número de trabalhadores, setores abrangidos ou porcentual de redução da jornada e salário dos trabalhadores abrangidos pelo programa.

A proposta inclui microempresas e empresas de pequeno porte no rol das companhias com prioridade de adesão ao programa. Hoje, já têm prioridade empresas que observam cotas de pessoas com deficiência.

A MP ainda definiu o Indicador Líquido de Emprego (ILE), que servirá de referência para demonstrar a dificuldade financeira da empresa para comprovar necessidade de aderir ao programa, e exigiu a comprovação de disponibilidade orçamentária do governo para liberar novas adesões.

Pela legislação vigente hoje, podem aderir ao programa empresas de todos os setores, desde que comprovem situação de dificuldade econômico-financeira. Essas empresas também devem celebrar acordo coletivo de trabalho específico com o sindicato de trabalhadores representativo da categoria da atividade econômica preponderante.

Lideranças da base preveem votação da Previdência apenas no 2º semestre

25/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

Lideranças da base aliada preveem que a reforma da Previdência só será votada de fato na Câmara dos Deputados no segundo semestre deste ano, em razão da crise política que atinge o governo Michel Temer, após os donos e executivos da JBS incriminarem o presidente em delação premiada. Segundo aliados, a preocupação principal agora é com a sobrevivência do governo Temer, o que colocou a reforma em segundo plano, por enquanto.

Os líderes dizem que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), marcou o início da votação da proposta no plenário da Casa para entre os dias 5 e 12 de junho apenas para dar uma sinalização para o mercado financeiro de que o governo não está parado. Como se trata de uma mudança constitucional, a reforma precisa passar por duas votações e, em cada uma delas, ter no mínimo 308 votos favoráveis.

Vice-líder do governo na Câmara, o deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS) disse contabilizar entre 260 e 270 votos a favor da matéria. Esse era o mesmo placar contabilizado pelo deputado antes da delação da JBS.

O peemedebista diz que conta com a “caneta” do governo para liberar cargos e fechamento de questão de partidos da base aliada para alcançar o quorum necessário para aprovar a reforma no plenário da Casa.

Partido de Temer, o PMDB paralisou a discussão sobre o fechamento de questão do partido a favor da reforma. “Não está na pauta esse assunto”, disse o líder do partido na Câmara, Baleia Rossi (SP).

Antes da delação, o peemedebista tinha uma lista com assinatura de 50 dos 64 deputados da bancada apoiando o fechamento de questão. O gesto do PMDB é considerado fundamental para incentivar outros partidos da base a também fazerem o mesmo.

Participação de estrangeiros na DPMFi sobe para 13,63% em abril, diz Tesouro

25/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

Os estrangeiros aumentaram a aquisição de títulos do Tesouro Nacional em abril. A participação dos investidores não-residentes no Brasil no estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) subiu de 13,26% em março para 13,63% no mês passado, somando R\$ 425,64 bilhões, segundo os dados divulgados pelo Tesouro Nacional.

Em março, o estoque nas mãos de estrangeiros estava em R\$ 412,74 bilhões.

A parcela das instituições financeiras no estoque da DPMFi teve queda de 22,70% em março para 21,87% em abril.

No mesmo período, os fundos de investimentos aumentaram a fatia de 23,16% para 23,24%. Já os seguradores tiveram crescimento na participação de 4,29% para 4,54% na mesma base de comparação.

Inda revê projeção de vendas e projeta queda de 2% em 2017; crise afeta clientes

25/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

As vendas de aço pela rede de distribuição devem cair 2% este ano, segundo projeção do Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda). A entidade revisou para baixo a previsão, que até então era de alta de 5%. De acordo com Carlos Loureiro, presidente da entidade, a revisão reflete um cenário ruim das vendas no primeiro semestre, mas há ainda expectativa melhor para a segunda metade do ano.

Loureiro considerou que o mercado como um todo não está muito aquecido, mas avaliou que, além disso, os distribuidores têm perdido participação de mercado em segmentos em crescimento, caso do automotivo. Fabricantes de autopeças têm se abastecido diretamente na indústria automobilística.

Já no segundo semestre, os números do setor deverão ser favorecidos por uma base de comparação fraca do ano anterior.

Crise política

O executivo considerou que ainda é difícil estimar qual o impacto nas vendas da atual crise política, gerada pelas delações da JBS envolvendo o presidente Michel Temer. “O problema político cria um compasso de espera em relação ao que fazer”, disse a respeito da reação de distribuidores e clientes.

Segundo Loureiro, clientes estão aguardando para entender se de fato poderá haver uma retomada da demanda. “Se antes sentíamos que estavam recompondo estoques diante da expectativa de retomada da economia, agora sentimos que está se colocando em compasso de espera tudo o que puder aguardar”, afirmou.

Para o Inda, a evolução do setor pela frente vai depender de sinais vindos do horizonte macroeconômico e político. Loureiro avaliou que as empresas deverão ficar atentas às próximas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom) para entender se haverá continuidade do corte da taxa de juros Selic e devem ainda observar o andamento da discussão de reformas no Congresso em meio à crise.

Confiança do Comércio cai 0,5 ponto em maio ante abril, para 88,6 pontos diz FGV

25/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Confiança do Comércio (Icom) recuou 0,5 ponto na passagem de abril para maio, saindo de 89,1 pontos para 88,6 pontos, informou nesta quinta-feira, 25, a Fundação Getulio Vargas (FGV). O resultado ocorre após cinco altas consecutivas, período em que o indicador acumulou um avanço de 11,1 pontos.

“Mesmo após ter avançado expressivamente nos meses anteriores, a acomodação da confiança do Comércio em maio ocorre em um patamar ainda baixo em termos históricos”, avaliou Aloisio Campelo, superintendente de Estatísticas Públicas do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), em nota oficial.

Houve queda na confiança em maio em seis dos 13 segmentos pesquisados. O recuo no Icom foi determinado pela piora no Índice de Expectativas (IE-COM), que caiu 1,0 ponto no mês, para 94,8 pontos, enquanto o Índice de Situação Atual (ISA-COM) ficou estável em 82,9 pontos.

“Nota-se recentemente uma melhora de humor nos segmentos relacionados às vendas a prazo, um possível reflexo da tendência de queda dos juros e liberação de recursos do FGTS. A coleta de dados para a pesquisa de maio já estava quase terminando quando foi deflagrada uma crise política, no dia 17, com potencial para aumentar o grau de incerteza econômica e afetar o ritmo (já lento) de recuperação do setor”, completou Campelo.

A maior contribuição para a queda do IE-COM no mês foi do quesito que mede o otimismo com a situação dos negócios nos seis meses seguintes, que recuou 1,1 ponto em relação ao mês anterior, para 94,3 pontos.

Apesar da estabilidade do ISA-COM em maio, o Indicador de Desconforto sinalizou melhora do ambiente de negócios no ano.

O quesito é construído com dados da Sondagem do Comércio que agregam as proporções de empresas que apontam três fatores limitativos à melhoria dos negócios diretamente relacionados ao mau humor empresarial: demanda insuficiente, custo financeiro e acesso a crédito bancário.

Após dois meses de estabilidade, o Indicador de Desconforto caiu em maio, mostrando que, ao menos até a nova crise política, o ambiente de negócios no comércio começava a dar sinais de melhora em 2017. A coleta de dados para a edição de maio da sondagem foi realizada entre os dias 2 e 23 do mês e obteve informações de 1.118 empresas.

Compra e venda de aço por rede de distribuição caem em abril, diz Inda

25/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

A compra de aço plano pela rede de distribuição caiu 8,7% em abril na relação anual para 221,3 mil toneladas, de acordo com dados divulgados nesta quarta-feira, 24, pelo Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda). Na comparação com março, por outro lado, houve recuo de 23%, muito pior do que o recuo de 8% esperado pela entidade.

O levantamento da entidade inclui chapas grossas, laminados a quente, laminados a frio, chapas zincadas a quente, chapas eletro-galvanizadas, chapas pré-pintadas e galvalume.

Já as vendas de aços planos em março chegaram em 213,7 mil toneladas, queda de 13,2% na relação anual e recuo de 15,9% na mensal.

Com isso, os estoques de março subiram 0,8% ante março, com 959,1 mil toneladas. O giro de estoques subiu no mês passado para 4,5 meses.

As importações, por sua vez, alcançaram em abril 72,9 mil toneladas, alta de 58% na comparação anual e queda de 33,8% frente ao mês imediatamente anterior.

Para maio de 2017 a projeção da entidade é de que as compras se mantenham estáveis enquanto as vendas subam 10% em relação a abril.

CSN retoma exportação de minério de ferro por Itaguaí

25/05/2017 – Fonte: DCI

- A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) retomou suas atividades de exportação de minério de ferro a partir de seu porto próprio, em Itaguaí (RJ), informou a empresa nesta quarta-feira (24).

As atividades no porto foram retomadas há cerca de duas semanas, e assim a CSN deixou de usar o Porto do Sudeste como alternativa, de acordo com uma fonte.

"O nosso porto foi retomado 100%. Agora temos zero de embarque no porto do Sudeste", disse a fonte à Reuters.

"As atividades foram retomadas há 15 dias e agora atingimos a normalidade." No mês passado, as atividades no porto de Itaguaí tiveram de ser paralisadas devido a um problema em um equipamento conhecido como "reclaimer", usado no transporte do minério dentro do terminal. A fonte não informou os custos envolvidos na reparação do problema.

"É claro que isso envolve valores, mas o seguro cobre tanto a solução do dano como o embarque de outro porto."

Pedrucci será novo presidente da Renault do Brasil

25/05/2017 – Fonte: Automotibe Business

No dia 1º de julho o executivo Luiz Pedrucci assume a direção geral do Grupo Renault no Brasil, em substituição a Fabrice Cambolive, que assumirá novas funções na empresa. Pedrucci estará subordinado a Olivier Murguet, que segue na função de presidente na região Américas.

Nascido em São Paulo, Luiz Pedrucci tem 44 anos e é formado em Engenharia Mecânica Automobilística pela FEI, atual Fundação Educacional Inaciana, com MBA pela Fundação Getúlio Vargas. O executivo ingressou na Renault em 1997, ocupou diferentes funções na área comercial, incluindo a direção da divisão cliente, qualidade e serviço na área de pós-venda. Em 2012 passou a diretor de supply chain da região Américas.

Em janeiro de 2016 Pedrucci assumiu a presidência da Renault Colômbia (Sofasa), levando a subsidiária a obter recordes de vendas e participação de mercado, fazendo da unidade uma das 40 maiores empresas daquele país.

Também a partir de 1º de julho, Matthieu Tenenbaum passa a ser o diretor geral do Grupo Renault, em substituição a Pedrucci e também estará subordinado a Murguet. Tenenbaum é francês, tem 39 anos e é formado em Engenharia pelo Centro de Estudos Superiores Industriais (Cesi) da França, com MBA pela Columbia Business School.

Ingressou na Renault em 1997 como estagiário. De 2000 a 2007 exerceu diversas funções de gestão na área de montagem de carrocerias, liderando projetos na França, na Nissan América do Norte e na Coreia. Em 2007 tornou-se líder do projeto de veículos elétricos, sendo promovido a vice-diretor do programa de veículos elétricos em 2008.

Em 2011 tornou-se líder da estratégia corporativa de desenvolvimento de novos negócios na Renault. Após obter um MBA pela Columbia Business School, tornou-se diretor executivo e diretor de desenvolvimento de negócios na recém-criada região

África-Oriente Médio-Índia, onde conduziu negociações estratégicas de novas parcerias para a expansão da Renault na região.

A região Américas compreende as operações da Renault na América Latina por meio de quatro subsidiárias: Renault do Brasil, Renault Argentina, Renault Sofasa, na Colômbia, e Renault México, a última operação a ser iniciada comercialmente, sem produção local.

A marca também está em quase todos os outros países da América Latina pela atuação de importadores. A Renault fabrica veículos de passeio no Brasil (Complexo Ayrton Senna, em São José dos Pinhais, Paraná), Argentina (Fábrica Santa Isabel) e Colômbia (Sofasa, em Envigado), veículos comerciais leves no Brasil (também em São José dos Pinhais) e na Argentina (Santa Isabel, Córdoba), bem como componentes mecânicos no Chile (caixas de câmbio na Cormecánica, em Los Andes) e no Brasil (igualmente em São José dos Pinhais).

Toyota terá sistema da Here na América do Norte

25/05/2017 – Fonte: Automotive Business



A Toyota adotará a partir deste ano em alguns de seus novos modelos para o mercado dos Estados Unidos e Canadá o sistema de infoentretenimento da Here Technologies, o Entune 3.0 Premium Audio, alimentado por dados de mapa e atualizado em tempo real. Ele inclui acesso a uma ampla rede de dados sobre toda a região da América do Norte.

Com sua abrangência de informações atualizadas de sinalização, faixas, entre outros aspectos da via e seu redor, será possível oferecer orientação mais descritiva e acertada utilizando pontos como referência, algo no qual o mapa indica vire à esquerda no posto de combustível, por exemplo.

“À medida em que os sistemas de navegação e infoentretenimento embarcados tornam-se indispensáveis para os motoristas de hoje, a necessidade de obter dados de mapas precisos e atualizados cresce. A Here tem orgulho de trabalhar com a Toyota para tornar a condução mais inteligente, segura e agradável”, afirma o presidente sênior de vendas e desenvolvimento de negócios da Here Technologies, Bruno Bourguet.

Além dos mapas de alta precisão, a Here, que mantém sua expertise na nuvem, se tornou uma plataforma aberta para gerenciamento inteligente de quantidades enormes de dados (big data), utilizada como eixo para a automação completa de mapas, direção autônoma e smart cities no conceito de IoT (internet das coisas), que conecta pessoas, lugares e objetos, incluindo veículos. A empresa, que originalmente pertencia à Nokia foi vendida para Audi, BMW e Daimler.

Caoa prorroga redução de jornada em Anápolis

25/05/2017 – Fonte: Automotive Business



A fábrica da Caoa em Anápolis (GO) renovou em maio passado, pela terceira vez, o acordo de redução da jornada de trabalho com os 1,3 mil empregados da unidade, que até o fim de novembro deste ano deverão continuar trabalhando apenas três vezes por semana, de quarta a sexta-feira, em um turno de oito horas.

Desde o ano passado a planta opera no regime criado pelo Programa de Proteção ao Emprego (PPE), este ano transformado em Programa de Seguro Emprego (PSE), em que permite reduzir a carga horária semanal e os salários em até 30%, com complementação de metade da perda salarial pelo governo com recursos do Fundo de Apoio ao Trabalhador (FAT), limitado ao teto de pouco menos de R\$ 1 mil.

No caso da Caoa, a empresa reduziu os salários ao máximo permitido de 30%, mas cortou a jornada bastante acima disso para evitar a formação de estoques. Com isso, opera atualmente com capacidade ociosa superior a 75% à capacidade produtiva de até 80 mil unidades/ano em três turnos.

Há 10 anos, completados este ano, a Caoa produz em Anápolis sob licença modelos da coreana Hyundai, da qual também é importadora oficial no País. Atualmente a montadora faz cinco modelos na planta goiana, os caminhões HR e HD80 e os SUVs Tucson, ix35 e New Tucson.

Em sua história, em apenas um ano a fábrica superou levemente a metade de sua capacidade total, quando fabricou 41,6 mil unidades em 2011. No ano passado, já sob regime de PPE, foram montados apenas 18,7 mil veículos e o ritmo anotado no início de 2017 aponta para resultado parecido com o de 2016.

SEM DEMISSÕES

“Desde o início da crise não fizemos demissões na fábrica e por isso renovamos este mês o acordo de redução de jornada pela terceira vez”, explica Ivan Witt, diretor de compras e RH da Caoa.

“Tomamos todas as medidas para não demitir, porque temos mão de obra qualificada que é difícil de encontrar na região. Se for necessário estudamos até repassar funcionários para fornecedores que querem se instalar lá”, revelou o executivo durante sua apresentação no V Fórum de RH na Indústria Automobilística, realizado esta semana por Automotive Business em São Paulo.

Segundo Witt, para aumentar a produtividade da fábrica e utilizar melhor sua capacidade, a Caoa segue em negociações para produzir mais modelos em Anápolis, ao menos quando as condições de mercado melhorarem, ao mesmo tempo em que mira no aumento da automação da linha de produção.

Yamaha Factor 150 ED tem agora freios UBS

25/05/2017 – Fonte: Automotive Business



Com o UBS a Factor 150 ED foi reajustada em 4,7%

A Yamaha Factor 150 ED 2018 passa a ser equipada com o sistema UBS, do inglês Unified Brake System, que promove o acionamento unificado ou simultâneo dos freios dianteiro e traseiro quando se pressiona o pedal direito. A moto tem preço sugerido de R\$ 8.890, uma pequena alta de 4,7% sobre a versão sem o item.

O sistema unificado, ou combinado, aumenta a segurança e reduz bastante a distância de frenagem, sobretudo para os motociclistas menos experientes. Ele serve também como alternativa de baixo custo ao sistema antitravamento ABS.

Em dezembro de 2014 o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) publicou a resolução 509, que até 2019 tornará obrigatórios os sistemas ABS (para modelos com 300 cc ou mais) ou combinados (nas motos abaixo de 300 cc) para todas as motocicletas produzidas ou importadas.

Essa obrigatoriedade atingiu 10% das motos em 2016. Em 2017 a fatia passou para 30%. Em 2018 serão 60% e em 2019, 100% das motos terão de adotar um ou outro dispositivo. De acordo com a Abraciclo, entidade que reúne fabricantes do setor, a produção atual de modelos com algum dos sistemas está em 32,3%, ligeiramente acima do mínimo estabelecido pelo Contran.

O UBS foi aplicado em uma Yamaha nacional pela primeira vez em junho de 2016, na YS 150 Fazer. Também está no scooter Neo 125 desde setembro do ano passado.

Na Honda, essa mesma tecnologia recebe o nome CBS, de Combined Brake System, ou freio combinado. Em sua linha nacional foi aplicada pela primeira vez em 2009 no scooter Lead. Em 2014 tornou-se item de série na CG 150 Titan.

Como se sabe, numa motocicleta com freios convencionais, o dianteiro é acionado pela mão direita e o traseiro com o pé direito. O sistema CBS foi desenvolvido a partir de pesquisas que apontaram um vício comum entre motociclistas, o de frear apenas com a roda traseira, o que pode resultar em uma distância de parada de mais de 14 metros se a moto estiver trafegando a 60 km/h.

Meritor atinge 100 mil eixos produzidos em Resende

25/05/2017 – Fonte: Automotive Business



A Meritor atingiu o volume de 100 mil eixos produzidos em sua fábrica de Resende (RJ), que opera dentro do complexo industrial da MAN Latin America. Inaugurada há quatro anos, em maio de 2013, a unidade recebeu investimento conjunto de R\$ 90

milhões, sendo R\$ 40 milhões da Meritor, e o restante da Suspensys, que também ergueu unidade no local para montagem de componentes dos eixos. Juntas, elas inauguraram o parque de fornecedores da montadora.

“Isto agilizou o processo de montagem e logística para a produção dos caminhões e ônibus”, afirma o diretor geral de operações da Meritor América do Sul, Alexandre Marien.

As plantas da Meritor e da Suspensys foram construídas em uma área total de 70 mil metros quadrados dentro do parque de fornecedores. À linha de montagem de veículos da MAN LA a Meritor fornece eixos e cardans, que são montados a partir de componentes fornecidos pela Suspensys, como cubos, tambores, freios, suspensão e suportes.

Além de Resende, a Meritor possui fábrica de eixos em Osasco (SP) e desde 1986 mantém uma joint venture com a Randon para a produção de sistemas de freio da marca Master para veículos comerciais, com fábrica em Caxias do Sul (RS).

Naquele mesmo ano, pouco antes da inauguração da fábrica em Resende, a Meritor vendeu sua participação na Suspensys dentro da joint venture que mantinha com a Randon, que passou a deter 100% do negócio.

Além da MAN, a Meritor fornece eixos aos veículos de Agrale, DAF, Ford, International, Iveco, Mercedes-Benz e Volvo. Há 61 anos no Brasil, a empresa com sede em Michigan (EUA) produziu mais de 8 milhões de unidades, das quais 3,5 milhões para veículos comerciais.